

0834/79

Investigação científica

R T E  
2571  
Portugal  
4301

DIA (O)	Lisboa	27 OUT. 1979
LAVRADOR (O)	Porto	
Comércio da Póvoa do Varzim		
Póvoa do Varzim		

A última novidade do Governo Pintassilgo

## A investigação científica vai ser retirada à Universidade!

Regista-se profundo mal-estar nos meios universitários pelo facto de o actual governo estar decidido a retirar à Universidade toda a actividade de investigação científica. Diz-se que o diploma legal que tal estatui está prestes a ser publicado. Deste modo, as Universidades estarão destinadas a um papel meramente repetitivo de conhecimentos, pois que todas as hipóteses no campo da investigação lhe serão retiradas.

Para levar a cabo esta manobra, o prof. Mendes Mourão, que é o presidente interino da Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica e actual secretário de Estado encarregado da Investigação, parece decidido a acabar com o Instituto Nacional de Investigação Científica (INIC), em parte sucessor do antigo Instituto de Alta Cultura, para submeter toda a investigação à sua Junta Nacional...

Deste modo, as Universidades ficarão decepidadas, já que uma das suas mais importantes funções é a da investigação. O mencionado membro deste governo esquece-se de que se alguma investigação houve neste país ela se verificou precisamente na Universidade e se alguns valores de renome internacional houve, eles se criaram à sombra das escolas universitárias. Recorde-se que o nosso único Prémio Nobel foi precisamente professor universitário.

Todos os quatro conselhos que compõem o INIC, em reunião votaram contra aquilo que consideram uma decisão precipitada e sem fundamento real. O mesmo

vem a acontecer no âmbito das Faculdades, cujos conselhos científicos se vêm mostrando fortemente apreensivos com a prevista determinação dos responsáveis governamentais que tomam decisões sem consultar os interessados: aqui as Universidades, com seus professores e alunos.

Com esta decisão, a nossa Universidade, que vinha já sofrendo de certos males, vai ficar pior, pois é impensável uma Universidade sem investigação.

Que terá este Governo contra a Universidade para assim a tratar? Que razões o movem neste campo? Como é possível que os interessados só tenham vindo a saber destas coisas através de uma entrevista dada a um semanário por aquele secretário de Estado?

Um manto muito negro está a baixar sobre a Universidade portuguesa...

Os conselhos científicos do INIC votaram já uma moção, que segunda-feira, vai ser tornada pública, em que repudiam a prevista decisão governamental. Esses conselhos são os de Ciências da Saúde, Ciências Exactas, Ciências Naturais e Ciências Humanas.

### O REPÚDIO DA UNL

Todavia, a Universidade Nova de Lisboa tomou já posição frontal, contra tal medida, pois, em reunião, foi aprovada a seguinte moção:

"O Conselho Universitário da Universidade Nova de Lisboa reunido em sessão plenária em 22 de Outubro de 1979 decidiu apresentar superiormente a seguinte moção que foi aprovada por

unanimidade:

1. — Solicita a publicação urgente de um Estatuto da Carreira Docente que contemple de forma realista as necessidades e a dignidade dos docentes universitários e das Universidades.

2. — Perante a ausência de consulta às Universidades e ao Conselho de Reitores durante a elaboração das últimas versões do E.C.D. manifesta o seu repúdio pelo processo seguido e insiste na necessidade de um diálogo permanente entre as autoridades académicas e o Ministério da Educação sempre que se trate de elaborar legislação que respeite aos problemas fundamentais das Universidades.

3. — Considerando que a investigação científica livre é uma das nobres missões da Universidade e constitui condições indispensável para um ensino actualizado, declara a sua veemente recusa perante qualquer tentativa de retirar às Universidades a imprescindível autonomia e orientação das suas investigações.

4. — Consciente de que às Universidades compete conferir os graus académicos e que para esse fim lhes compete também orientar a preparação dos que a esses graus aspiram, exprime a sua total discordância quanto ao projecto de criação de Institutos de Investigação e de Pós-Graduação fora do âmbito das Universidades pelo que de aberrante e de imprudente esse projecto encerra.

5. — Concordando embora com a eventual criação de um órgão colegial a nível interministerial de coordenação da investigação científica e tec-

nológica em Portugal, não pode porém deixar de claramente discordar da criação fora do Ministério da Educação de um órgão de planeamento e controlo da investigação realizada ou a realizar nas Universidades que neste Ministério se inserem.

6. — Apoiá decididamente a acção desenvolvida pelo Conselho de Reitores que considera ser o órgão máximo representativo das Universidades Portuguesas e como tal deve ser ouvido pelo Governo nos problemas atinentes a estas Universidades.

UNIVERSIDADE DE ÉvORA